26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 11 – Informação & Saúde

CONTINGÊNCIAS AVERSIVAS E SOFRIMENTO PSÍQUICO DE DOCENTES NO AMBIENTE ACADÊMICO

AVERSIVE CONTINGENCIES AND PSYCHOLOGICAL DISTRESS OF TEACHERS IN THE ACADEMIC ENVIRONMENT

Nathália Lima Romeiro – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: De que forma o comportamento de docentes do ensino superior está condicionado a estímulos que comprometem a saúde do ambiente de trabalho? Para respondê-la, o objetivo foi investigar, à luz da literatura científica, a influência de estímulos aversivos presentes na organização do trabalho acadêmico sobre o comportamento docente. Trata-se de um estudo de natureza teórico-reflexiva, de caráter básico, orientado à construção e ao aprofundamento conceitual na interface entre a Ciência da Informação e a Psicologia, com enfoque nos estudos sobre comportamento e sofrimento psíquico docente. Após a argumentação teórica, os resultados indicam que o sofrimento psíquico na docência universitária não se configura como fenômeno individual ou fragilidade subjetiva isolada, mas emerge de um ambiente acadêmico estruturado por contingências de controle aversivo, métricas produtivistas e fluxos informacionais que exaurem a produção de conhecimento.
Palavras-chave: docência; sofrimento psíquico; academia; universidade.

Abstract: How is the behavior of higher education faculty conditioned by stimuli that compromise the health of the work environment? To address this question, the objective was to investigate, in light of the scientific literature, the influence of aversive stimuli present in the organization of academic work on faculty behavior. This is a theoretical-reflexive study of a basic nature, oriented toward the construction and conceptual deepening at the interface between Information Science and Psychology, with a focus on studies of behavior and faculty psychological distress. After the theoretical argumentation, the results indicate that

psychological distress in university teaching does not constitute an individual phenomenon or isolated subjective fragility, but rather emerges from an academic environment structured by contingencies of aversive control, productivist metrics, and informational flows that exhaust the production of knowledge.
Keywords: teaching; psychological distress; academia; university.

1 INTRODUÇÃO

A rotina do docente do ensino superior raramente se circunscreve à sala de aula ou à pesquisa. Ela é atravessada por reuniões sucessivas, conflitos interpessoais, exigências administrativas, avaliações periódicas de desempenho, prazos simultâneos e demandas institucionais que se acumulam sem cessar, frequentemente extrapolando o regime formal de 40 horas semanais das universidades públicas (Figueiredo; Silva; Santana, 2020; Figueiredo; Berno; Adiy, 2025). Para além do ideal acadêmico de autonomia intelectual, o cotidiano universitário revela uma engrenagem de cobranças contínuas que molda práticas, prioridades e modos de existência no trabalho.

O docente contemporâneo é, antes de tudo, um trabalhador da informação. Seu trabalho cotidiano se estrutura na produção, organização, análise, circulação e avaliação de múltiplos fluxos informacionais (como artigos, relatórios, pareceres, projetos, orientações e indicadores) que dão forma e sentido às práticas acadêmicas. No contexto do produtivismo acadêmico, a publicação deixa de ser apenas difusão de conhecimento e converte-se em métrica de sobrevivência na carreira. Sistemas de avaliação, *rankings*, métricas de impacto e relatórios institucionais transformam a produção científica em unidade de medida do valor profissional. A exigência permanente de responder a avaliações formais e informais institui uma lógica na qual visibilidade, desempenho e disponibilidade contínua se tornam critérios implícitos de permanência e progressão.

Sob a perspectiva analítico-comportamental, o ambiente laboral universitário pode ser compreendido como um sistema de contingências que seleciona padrões de comportamento baseados em tolerância à sobrecarga (Santos, 2024). Reuniões extensas, disputas departamentais, assimetrias de poder, acúmulo de funções administrativas e pressão por resultados funcionam como estímulos que evocam respostas de adaptação, esquiva ou intensificação do esforço. Nessa perspectiva, o reforçamento intermitente, tais como convites para participação em bancas, aprovações de trabalhos científico, financiamentos por meio de projetos submetidos a agências de fomento; e, reconhecimento simbólico através de

premiações, homenagens, citações, entre outras formas de avaliação de performance; mantém o engajamento mesmo diante de condições adversas. Quando tais contingências se estabilizam, o desgaste emocional deixa de ser eventual e passa a estrutural, ampliando a probabilidade de adoecimento psíquico como produto da interação entre sujeito e ambiente.

O cenário descrito é agravado por trajetórias formativas marcadas por anos de avaliação contínua na pós-graduação e por experiências reiteradas de competição em seleções, editais e bolsas. Ao ingressar na carreira, o docente já apresenta repertórios comportamentais moldados por contextos de alta exigência e desempenho mensurável. No exercício profissional, tais padrões tendem a ser mantidos e intensificados, sobretudo em instituições nas quais a avaliação se consolida como principal instrumento de regulação do trabalho acadêmico.

No âmbito do Grupo de Trabalho 11 do ENANCIB, que se dedica às dimensões informacionais relacionadas à saúde e aos atores que compõem esse ecossistema, torna-se pertinente analisar o docente como sujeito inserido em circuitos informacionais densos, regulados por métricas e atravessados por contingências que impactam sua saúde mental. O trabalho acadêmico, nesse sentido, para além de ser intelectual, é informacional e comportamentalmente estruturado.

Diante desse cenário, este estudo parte da seguinte **questão**: de que forma o comportamento de docentes do ensino superior está condicionado a estímulos que comprometem a saúde do ambiente de trabalho? Para respondê-la, o objetivo é investigar, à luz da literatura científica, a influência de estímulos aversivos presentes na organização do trabalho acadêmico sobre o comportamento docente. Ao analisar as contingências que estruturam a docência superior, busca-se contribuir para a compreensão das relações entre ambiente institucional, produção informacional e saúde psíquica, ampliando o debate sobre saúde mental nas universidades ao tencionar os modelos de gestão que naturalizam a sobrecarga como requisito de excelência.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, é um estudo de natureza teórico-reflexiva, de caráter básico, orientado à construção e ao aprofundamento conceitual na interface entre a Ciência da Informação e a Psicologia, com enfoque nos estudos sobre comportamento e sofrimento psíquico docente. A investigação fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e perspectiva interdisciplinar, que busca articular bases conceituais

provenientes de ambos os campos para refletir sobre comportamento docente. Complementarmente, o estudo adota uma perspectiva interpretativo-crítica (Minayo, 2012), com vistas à compreensão dos fenômenos informacionais como processos socialmente situados, atravessados por dimensões cognitivas, afetivas e socioculturais..

Para a construção dessa reflexão teórica, foi conduzida pesquisa bibliográfica por meio de levantamento e análise de produções científicas revisadas por pares, provenientes de bases de dados nacionais e internacionais das áreas de Ciência da Informação, Psicologia e Educação. Foram priorizados estudos que abordassem a relação entre organização do trabalho acadêmico, contingências de controle aversivo, métricas produtivistas e sofrimento psíquico docente, bem como aqueles que discutissem a interface entre informação, comportamento e saúde mental no contexto universitário. Dessa busca, foram recuperados materiais bibliográficos (artigos, livros, capítulos de livros e anais de eventos) coletados na referida literatura científica. As bases de dados utilizadas foram Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), na Biblioteca JSTOR, *Web of Science e Library, Information Science and Technology Abstracts* (LISTA), contemplando o período de 2020 a 2026. Os termos de busca utilizados foram “comportamento *AND* informação”, “trauma *AND* informação”, “sofrimento psíquico”, “saúde *AND* ambiente de trabalho”, “sofrimento docente”, “produtivismo”, “saúde mental”, sem recorte temporal definido, escritos nos idiomas inglês e português, utilizando-se de busca por operadores booleanos quando necessário.

A análise dos dados seguiu uma orientação interpretativo-crítica, com a busca por descrever os fenômenos investigados, assim como compreendê-los em sua dimensão histórica, social e institucional. Nesse sentido, os fenômenos informacionais foram tratados como processos socialmente situados, atravessados por dimensões cognitivas, afetivas e socioculturais, e as categorias analíticas (contingências de controle aversivo, métricas produtivistas, sofrimento psíquico docente, fluxos informacionais, organização do trabalho acadêmico, ambiente acadêmico, e as dimensões cognitivas, afetivas e socioculturais dos fenômenos informacionais) foram articuladas de modo a evidenciar como as contingências de controle aversivo, as métricas produtivistas e os fluxos informacionais configuram-se como estímulos que comprometem a saúde do ambiente de trabalho e produzem sofrimento psíquico na docência universitária.

Por se tratar de estudo teórico-reflexivo, o percurso metodológico adotado privilegiou a construção argumentativa e o aprofundamento conceitual como estratégias para a produção de conhecimento na interface entre os campos investigados, com vistas a contribuir para a compreensão do sofrimento psíquico docente como fenômeno coletivo, institucional e informacionalmente mediado, e não como fragilidade subjetiva individual.

3 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E CONTINGÊNCIAS DE REFORÇAMENTO NEGATIVO NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

A Análise do Comportamento sustenta uma tese que é, ao mesmo tempo, simples e profundamente subversiva: comportamento é relação. Não é atributo interno, não é essência, não é traço fixo. É interação. Como afirma Botomé (2013), comportamento consiste na interação entre características da atividade do organismo e características do ambiente que a antecedem e a sucedem. Isso muda tudo. Porque, se são as consequências que alteram a probabilidade futura das ações, então aquilo que se repete nas universidades, a sobrecarga, o silêncio, a competição, não é acaso, é seleção.

Dizer isso é deslocar o eixo da discussão. O problema não está em “quem o docente é”, mas nas condições sob as quais esse mesmo docente ensina, pesquisa, orienta, administra, responde e, muitas vezes, se cala. O comportamento docente não é um amontoado de tarefas; é um conjunto de relações mantidas por contingências institucionais. Como já advertia Botomé (1981, p. 259), “ensinar não é instalar respostas sob controle de estímulos arbitrários, mas instalar relações do que o organismo faz com o ambiente em que o faz”. A universidade, portanto, compõe ativamente as relações que produz. Quando professores adoecem, não estamos diante de um desvio individual. Estamos diante de um arranjo contingencial que vem operando há anos. A universidade contemporânea organiza-se por métricas, rankings, editais competitivos, avaliações periódicas, metas crescentes e vigilância difusa. Publicar para não desaparecer. Orientar para manter nota. Captar recursos para sobreviver institucionalmente. Cumprir prazos para evitar sanções explícitas ou simbólicas. Não se trata apenas de intensidade de trabalho; trata-se de trabalho mantido sob controle de esquiva (Guazi; Laurenti, 2015).

Do ponto de vista técnico, a distinção é conhecida: reforçamento positivo fortalece comportamentos que produzem algo valorizado; reforçamento negativo fortalece comportamentos que retiram ou evitam algo aversivo. Há, sim, reforçadores positivos na docência, tais como: o reconhecimento discente, a produção de conhecimento, premiações, a

construção de trajetórias. Mas, no modelo produtivista, o que predomina é a lógica da evitação: trabalha-se para não perder, para não cair, para não ser excluído. O alívio momentâneo ao submeter um artigo no limite do prazo ou ao enviar um relatório antes da cobrança formal reforça o ciclo. A ameaça diminui por instantes. O comportamento aumenta. O organismo paga a conta depois. Nessa perspectiva, Burnout, insônia, somatizações não surgem do nada; são efeitos cumulativos de contingências reiteradas (Holland, 1983; Sousa; Mendonça, 2009).

É exatamente por compreender esse mecanismo que optamos por concentrar a análise na saúde mental docente. Consiste em de uma escolha deliberada, uma vez que docentes ocupam posição estratégica na universidade: é mediador de fluxos informacionais, formador de repertórios, referência simbólica para estudantes e pares. Nessa linha de pensamento, este profissional pode funcionar como fonte de reforçamento positivo, criando redes de apoio, estabelecendo ambientes seguros, modelando cooperação. Mas, sob exaustão crônica, pode também operar como elo de propagação de contingências aversivas. Um docente adoecido tende a reduzir escuta, abreviar interações, responder com rigidez ou irritabilidade. Essas respostas não são falhas de caráter; são produtos de história e contexto. Contudo, produzem efeitos. Estudantes passam a participar sob ansiedade. Colegas evitam interlocução. Reuniões tornam-se arenas defensivas. O que começou como sofrimento individual transforma-se em clima institucional. O reforçamento negativo deixa de organizar apenas o trabalho daquele professor e passa a organizar relações ao seu redor. O adoecimento, assim, circula (Botomé, 1981; 2013; Holland, 1983).

À luz da epistemologia da Análise do Comportamento, a seleção pelas consequências opera de forma articulada em três níveis interdependentes: o filogenético, vinculado à história evolutiva da espécie; o ontogenético, relacionado à trajetória singular de aprendizagem de cada indivíduo, ou seja, sua história de vida; e o cultural, constituído pelas práticas sociais que são produzidas, mantidas e transmitidas coletivamente (Skinner, 2003). Esses níveis são dimensões simultâneas de um mesmo processo seletivo que molda e mantém o comportamento.

Quando voltamos esse enquadramento para a docência universitária, fica evidente que docentes não respondem apenas às demandas imediatas de seu cotidiano. Trazem consigo uma história de vida marcada por aprendizagens específicas, valores internalizados e repertórios de enfrentamento construídos ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, é um organismo biologicamente sensível a condições prolongadas de estresse, preparado, filogeneticamente,

para reagir a ameaças, mas não para permanecer indefinidamente sob pressão contínua (Guazi; Laurenti, 2015). É nesse ponto que o nível cultural assume centralidade. Inserido em uma cultura acadêmica que associa produtividade a mérito e sobrecarga a excelência, o docente passa a operar sob contingências que reforçam diferencialmente a disponibilidade irrestrita, a alta performance constante e a resistência ao cansaço como atributos desejáveis.

A cultura universitária não só descreve o produtivismo; ela o seleciona e o mantém. Premia quem publica mais, visibiliza quem suporta mais, legitima jornadas extensas e, de maneira muitas vezes silenciosa, desqualifica ou invisibiliza quem adoece. Desse modo, um organismo filogeneticamente preparado para reagir a eventos aversivos aprende, ontogeneticamente, a sobreviver em ambientes coercitivos e, culturalmente, passa a integrar e reproduzir práticas que naturalizam o excesso como critério de pertencimento e reconhecimento (Skinner, 2003; Sousa; Mendonça, 2009). É nessa convergência entre biologia, história individual e práticas institucionais que o sofrimento docente passa a ser compreendido como produto sistemicamente selecionado.

Os dados empíricos reforçam essa análise. Tundis e Monteiro (2018), ao investigarem 233 docentes universitários, evidenciaram que a percepção de injustiça na distribuição de tarefas aumenta a probabilidade de exaustão emocional, mediada pelo comprometimento organizacional afetivo. O dado é politicamente relevante: não é somente o volume de trabalho que adoece, mas a contingência de injustiça. Quando há ruptura entre valores proclamados e práticas institucionais efetivas, instala-se um conflito funcional. Professores altamente comprometidos podem se desgastar ainda mais, porque investem energia na tentativa de sustentar coerência onde ela já foi corroída. Permanecer exige justificar; confrontar exige resistir. Ambos custam.

Sob a lente da Ciência da Informação, as consequências extrapolam o plano subjetivo. A universidade é um ecossistema de fluxos informacionais. Como definem Garcia e Fadel (2010), esses fluxos são canais formais e informais que viabilizam a circulação de informação até que objetivos sejam atingidos. Valentim (2010) acrescenta que tais fluxos subsidiam a construção de conhecimento e orientam a ação organizacional. Quando o docente está exaurido, esses fluxos sofrem. Orientações atrasam, decisões colegiadas empobrecem, redes de pesquisa se fragilizam e isso compromete a própria arquitetura de produção de conhecimento.

Insistimos: o foco no docente foi uma escolha. Poderíamos ter partido do sofrimento discente, igualmente real e urgente. No entanto, compreendemos que a docência é um ponto de inflexão. É ali que contingências podem ser reconfiguradas ou reproduzidas. Um professor apoiado por políticas mais justas e por condições menos coercitivas pode fortalecer redes, ampliar repertórios e produzir ambientes menos aversivos. Um professor sistematicamente exaurido, ao contrário, tende a reproduzir, ainda que involuntariamente, a lógica que o adoece. Busca-se, com essa reflexão a contramão da responsabilização individual. Defende-se ser imprescindível reconhecer que culturas organizadas predominantemente sob controle aversivo produzem conformidade visível e desgaste invisível. A pergunta não é porque alguns professores não suportam a pressão; é por que a pressão se tornou critério de pertencimento? A análise funcional ensina que identificar contingências é o primeiro passo para o contra controle; isto é, para a reorganização do ambiente. No plano institucional, isso significa rever critérios de avaliação, políticas de distribuição de recursos, modos de reconhecimento e tempos de trabalho. Não é concessão; é estratégia de sustentabilidade acadêmica. A saúde docente, nesse cenário, é indicador político da qualidade das contingências que sustentam a universidade. É a partir dessa compreensão que avançaremos, na próxima seção, para a análise do produtivismo, do acúmulo de funções e da expansão invisível da jornada para além das 40 horas semanais como engrenagens de um arranjo cultural que redefine, silenciosamente, o que significa ser professor universitário hoje.

4 PARA ALÉM DAS 40 HORAS: LEI, PRODUTIVISMO E A VIOLÊNCIA QUE SE NATURALIZA NA UNIVERSIDADE

A rotina de esgotamento do docente universitário não se inicia com a sua posse no cargo, mas é o cume de uma trajetória formativa já marcada por anos de avaliação contínua e acirrada competição na pós-graduação. Ao ingressar na carreira acadêmica, o profissional traz um repertório comportamental forjado sob contingências de alta exigência, o qual, ao invés de ser atenuado, choca-se com as demandas do produtivismo informacional e com o acúmulo de funções (ensino, pesquisa, extensão e gestão) inerentes ao ensino superior. Para compreender os motivos pelos quais o professor se submete a uma carga de trabalho que frequentemente ultrapassa as 40 horas semanais de dedicação exclusiva, é preciso analisar as armadilhas das contingências vigentes.

É nesse cenário de choque entre o reforçamento imediato da produção e o adoecimento tardio gerado pela precarização que a crítica de pensadores contemporâneos se faz importante. Na obra Ideias para adiar o fim do mundo, Ailton Krenak (2019) nos convida, entre inúmeros ensinamentos, a questionar a forma utilitária como vivemos nossa vida. A partir de uma crítica à colonização e ao capitalismo, o autor expõe de forma incisiva seu desacordo à falta de tempo para viver, para aproveitar a vida sem que isso esteja conectado a metas, à sobrevivência e ao acúmulo de capital. Quando Krenak afirma que "a vida não é útil", o intuito é provocar seus leitores a perceber o quanto a lógica robótica à qual estamos condicionados nos leva ao adoecimento do corpo, da mente e do espírito.

Se conectarmos o pensamento de Krenak (2019) com a experiência da docência no ensino superior, é fácil perceber que a carreira acadêmica caminha na direção contrária à esteira do bem viver. Ainda que a docência proporcione prestígio e curiosidade para olhar o mundo de uma maneira científica, assumem-se tarefas que exigem alta performance e uma quantidade de tempo que se sobrepõe violentamente às 40 horas de trabalho. Esse é um ponto a ser observado, se levarmos em consideração que a delimitação do cargo em dedicação exclusiva é uma perspectiva que visa, sobretudo, que o trabalhador concentre sua carreira especificamente ao cargo ocupado, e não que abdique de sua existência extra-laboral.

Em complemento a essa ideia, evocamos o pensamento de bell hooks na obra Ensinando Comunidade: uma pedagogia da esperança (2021), especialmente nos capítulos em que a autora reflete sobre a carreira docente, realizando uma crítica a essa sobrecarga no contexto do ensino superior, uma vez que ela também vivenciava essa experiência. hooks relata que, em conversa com um colega docente, foi aconselhada a diminuir a quantidade de horas dedicadas à vida em sala de aula e aos muros institucionais. O conselho devia-se ao fato de que há vida, intelectualidade e possibilidades de exercer o pensamento científico crítico e social para além da universidade. Conselho este seguido pela educadora, ao poder constatar que a licença da universidade a fez recuperar o entusiasmo ao ministrar palestrar, escrever livros e produzir novas formas de ensinar a comunidade, não apenas restrita à universidade.

O ecossistema universitário, pautado por uma lógica utilitarista, é carregado de contingências coercitivas que, por vezes, apagam a liberdade de criar para além do que se espera do cargo. Diante desse quadro, para não sucumbir à hiperprodutividade que extingue a saúde, exige-se do docente a emissão de comportamentos de contracontrole (Holland, 1983):

uma negociação ativa e política dos próprios limites para que a busca pelo conhecimento deixe de ser um instrumento de adoecimento e volte a ser uma prática de liberdade.

A exaustão docente no ensino superior público não pode ser compreendida um problema de organização pessoal do tempo. Ela é produzida por uma arquitetura normativa, política e avaliativa que estrutura a universidade contemporânea. A carreira docente federal está ancorada na Lei nº 8.112/1990, que institui o Regime Jurídico Único dos servidores públicos. Essa legislação assegura estabilidade, direitos, afastamentos para qualificação e dedicação exclusiva (Brasil, 1990). No plano formal, refere-se a um marco de proteção. No cotidiano institucional, entretanto, quando não há reposição adequada de vagas decorrentes de aposentadorias ou afastamentos, o direito garantido juridicamente transforma-se em intensificação do trabalho para os que permanecem. A lei protege no papel; a gestão precarizada redistribui silenciosamente a sobrecarga.

O Decreto nº 6.096/2007 (Brasil, 2007), que instituiu o REUNI, ampliou o acesso às universidades federais e representou uma conquista social promissora. Contudo, a expansão de vagas, cursos e campi não foi acompanhada, em muitos contextos, por recomposição estrutural proporcional. Mais estudantes, mais orientações, mais demandas administrativas, mais relatórios, mais sistemas digitais e mais plataformas passaram a compor a rotina docente. A jornada formal de 40 horas semanais tornou-se, para muitos, uma ficção administrativa. O trabalho atravessa fins de semana, invade madrugadas e compromete a vida familiar. A dedicação exclusiva converte-se, na prática, em disponibilidade permanente.

A pós-graduação brasileira, consolidada desde o Parecer nº 977/1965, estruturou-se sob um regime de avaliação contínua. Os Planos Nacionais de Pós-Graduação, os Documentos de Área da CAPES, as Fichas de Avaliação e as exigências da Plataforma Sucupira instituem um monitoramento constante da produção intelectual. As resoluções do CNPq, como a RN-016/2006 e a RN 009/2009, vinculam bolsas e reconhecimento à manutenção de desempenho elevado e continuado. Publicar, orientar, internacionalizar, captar recursos e manter indicadores passam a ser critérios de sobrevivência institucional.

Do ponto de vista da Análise do Comportamento, esse cenário pode ser compreendido como um arranjo de macrocontingências que combinam reforçadores positivos e controle aversivo. Há prestígio, reconhecimento, bolsas e status, reforçadores poderosos que mantêm o engajamento. Mas há também o medo da queda de conceito, do corte de financiamento, da

perda de credenciamento e da exclusão simbólica, representantes de violências simbólicas sofridas em meio acadêmico (Bourdieu, 1983). O produtivismo acadêmico opera tanto pelo desejo quanto pela esquiva. O prazer da descoberta científica, descrito por Guazi e Laurenti (2015) como reforçador positivo natural, é gradualmente capturado por métricas que transformam vocação em desempenho mensurável. O que começa como curiosidade intelectual passa a ser mantido por pressão avaliativa contínua.

Sousa e Mendonça (2009) demonstram que quanto maior o comprometimento afetivo do docente com a instituição, maior a probabilidade de exaustão quando há percepção de injustiça distributiva. Em termos comportamentais, o amor pela universidade torna-se variável de vulnerabilidade quando confrontado com desigualdades. Nessa linha de pensamento, compreende-se que o sistema adoece justamente aqueles que mais acreditam nele. Atribuir esse sofrimento à "falta de resiliência" individual é repetir o erro ético apontado por Holland (1983): culpabilizar o indivíduo para preservar as contingências que produzem o problema.

Essa estrutura não produz apenas sobrecarga. Produz também violência simbólica e epistêmica (Fricker, 2007). A racionalidade utilitarista que atravessa a universidade contemporânea ecoa a crítica de Ailton Krenak, que questiona a lógica segundo a qual a vida deve ser permanentemente útil. Quando o valor do docente é medido prioritariamente por indicadores quantitativos, a existência fora do currículo torna-se invisível. Em complemento a isso, bell hooks (2021), ao refletir sobre a docência, insiste que há pensamento, criação e comunidade para além dos muros institucionais. Sua pedagogia da esperança aponta para uma ética que recusa a autoimolação profissional como condição de reconhecimento. Nesse sentido, desenvolver desejos para além do cargo é um gesto político.

Na perspectiva comportamental, ampliar fontes de reforçamento que não estejam exclusivamente subordinadas às contingências institucionais, como família, arte, ativismo, espiritualidade, comunidade, é também uma estratégia de cuidar da saúde, estabelecendo uma forma de contracontrole cultural.

A violência institucional se expressa ainda na injustiça epistêmica. Fricker (2007) descreve a injustiça testemunhal, quando sujeitos têm sua credibilidade sistematicamente diminuída, e a injustiça hermenêutica, quando faltam recursos coletivos para interpretar experiências marginalizadas. Nessa direção, Garcês-da-Silva (2020; 2023) denuncia o epistemicídio produzido por estruturas científicas ainda atravessadas pela colonialidade e pela

centralidade da branquitude como norma epistêmica. Isso significa que, quando métricas internacionais definem excelência, quando publicações em determinadas línguas e circuitos valem mais, quando saberes indígenas, negros e periféricos são marginalizados nos currículos e avaliações, a universidade reproduz hierarquias coloniais, o que também fora denunciado por Aníbal Quijano (2010) ao criticar a colonialidade do ser, saber e poder.

É nesse ponto que a justiça informacional se afirma como horizonte político. Não vislumbra apenas garantir acesso a bases de dados ou infraestrutura tecnológica. Trata-se de assegurar reconhecimento, participação e legitimidade na produção e circulação do conhecimento. Justiça informacional implica redistribuição de recursos, mas também redistribuição de credibilidade (Romeiro; Silveira, 2024). Na Ciência da Informação, compreendemos que fluxos informacionais estruturam a vida universitária. Quando esses fluxos são organizados por critérios excludentes e por plataformas que privilegiam determinados circuitos epistêmicos, consolidam desigualdades. Quando docentes estão exauridos, esses fluxos se fragilizam. Quando saberes são silenciados, a própria missão universitária é comprometida.

Leis, decretos e diretrizes não são somente instrumentos burocráticos; são regras que moldam práticas culturais. Se a cultura acadêmica está produzindo adoecimento e exclusão, é porque as contingências vigentes reforçam essas práticas. Enfrentar essa realidade exige revisão dos critérios avaliativos que premiam quantidade em detrimento de relevância social, garantia de reposição de pessoal e condições materiais adequadas, reconhecimento do impacto social como dimensão legítima da produção científica, incorporação efetiva da diversidade epistemológica nos currículos e métricas, e políticas estruturais de cuidado vinculadas à gestão institucional. A universidade precisa decidir se continuará operando sob a lógica da utilidade infinita ou se assumirá uma ética do bem viver. Produzir conhecimento não pode significar destruir quem o produz. Transformar esse cenário depende da reorganização consciente das contingências que sustentam o produtivismo e da afirmação política de que viver com dignidade é condição para qualquer projeto acadêmico que se pretenda emancipador.

5 IDEIAS PARA ADIAR O SOFRIMENTO ACADÊMICO NO ENSINO SUPERIOR

Após argumentação teórica, os resultados desta pesquisa indicam que o sofrimento psíquico na docência universitária emerge de um ambiente acadêmico estruturado por contingências de controle aversivo, por métricas produtivistas e por fluxos informacionais que,

ao invés de sustentarem a produção de conhecimento, frequentemente a exaurem. À luz da Análise do Comportamento, trata-se de um sistema no qual predominam práticas mantidas por esquiva: publicar para não perder conceito, captar recursos para não comprometer o programa, orientar para não fragilizar indicadores. Como argumenta Holland (1983), é eticamente problemático responsabilizar o indivíduo por respostas adaptativas a ambientes estruturalmente coercitivos.

Se o ambiente controla, é preciso transformá-lo. A alternativa é o contracontrole enquanto a modificação ativa das contingências que organizam a vida acadêmica. Essa argumentação não emerge apenas do referencial teórico mobilizado, mas também dos diálogos estabelecidos com pesquisadoras que enfrentam, em suas trajetórias, as injustiças epistêmicas descritas por Fricker (2007) e aprofundadas por autoras contemporâneas que denunciam o epistemicídio e a colonialidade do saber. As narrativas compartilhadas revelam que o sofrimento docente é atravessado por marcadores de gênero, raça, território e posição epistêmica. Nesse sentido, a injustiça testemunhal (descrédito sistemático); e a injustiça hermenêutica (ausência de categorias para nomear a violência vivida) intensificam o adoecimento (Fricker, 2007). Diante disso, identifica-se a necessidade de ensinar a transgredir, no sentido proposto por bell hooks (2017). Transgredir, aqui, não é romper com a ciência, mas com a lógica que subordina a vida à produtividade. É deslocar o eixo da excelência acadêmica para uma ética do cuidado coletivo. É produzir conhecimento sem aceitar que o preço seja o esgotamento. Na perspectiva desta pesquisa, ensinar a transgredir significa desenvolver ações institucionais e comunitárias que afirmem a saúde docente como valor científico e político.

Inspirados em Krenak (2019), para quem adiar o fim do mundo é recusar a homogeneização da vida e insistir em contar mais uma história, adiar o sofrimento acadêmico significa multiplicar formas de existir na docência. Não se trata de negar as exigências institucionais, mas de reconfigurá-las. Para isso, indicamos três esferas interdependentes de ação: gestão institucional, comunidade acadêmica e dimensão ontogenética do sujeito.

No que se refere à gestão institucional, recomenda-se produzir um diagnóstico institucional para que seja possível reprogramar as macrocontingências que organizam a avaliação e os fluxos informacionais formais. Para isso, a revisão de métricas em vigência é basilar. Permanecer em um modelo predominantemente aversivo, no qual a produção é mantida pelo medo da perda, compromete a qualidade da vida acadêmica e a sustentabilidade

institucional. A diversificação de critérios, incorporando colaboração, impacto social, extensão universitária e compromisso comunitário como reforçadores positivos legítimos, emerge como uma forma de deslocar o foco exclusivo da quantidade para a relevância social e epistêmica.

A desburocratização dos fluxos informacionais aparece como condição objetiva de saúde. Na perspectiva da Ciência da Informação, fluxos devem facilitar a ação organizacional e não a converter em ritual repetitivo de prestação de contas. A integração de plataformas, a redução de redundâncias e o reconhecimento do tempo administrativo como tempo de trabalho científico devolvem ao docente horas capturadas pela lógica tecnocrática. Nessa direção, cuidar da saúde docente é também reorganizar a ecologia informacional da universidade.

Para cuidado com a comunidade acadêmica o referencial teórico deste estudo evidencia que o isolamento intensifica o adoecimento. A competição permanente corrói laços e transforma pares em concorrentes. Propõe-se a criação de redes de apoio, grupos de escuta e espaços institucionais de partilha configura-se como estratégia de proteção coletiva. À luz de Garcia e Fadel (2010), pode-se inferir que os fluxos informacionais informais, conversas, trocas, solidariedade cotidiana, são igualmente estruturantes da organização. Quando fortalecidos, produzem segurança psicológica e interrompem a naturalização do sofrimento. Aqui, a pedagogia da esperança de bell hooks encontra concretude: a comunidade ensina, mas também pode se apoiar na cura dos efeitos da exaustão.

Na dimensão ontogenética do sujeito, recomenda-se destaque à importância da retomada do corpo e da vida para além dos muros institucionais. Krenak (2019) denuncia a humanidade que perdeu o prazer de estar viva. O docente capturado pelo produtivismo tende a reduzir sua existência à performance acadêmica. Investir intencionalmente na saúde corporal, em práticas artísticas, na convivência familiar e em atividades não instrumentalizadas pelo currículo não é fuga, mas exercício de autonomia. Em termos comportamentais, trata-se de ampliar fontes de reforçamento positivo fora do circuito produtivista, diminuindo a dependência exclusiva de reforçadores institucionais. É afirmar, na prática, que a vida não se esgota na utilidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que este trabalho corresponde a primeira etapa de um projeto maior que visa realizar um diagnóstico mais aprofundado sobre a saúde mental no ensino

superior. Esses achados dialogam com o escopo do GT 11 do ENANCIB — Informação e Saúde. Se a saúde é compreendida como fenômeno atravessado por dimensões informacionais, então o sofrimento docente constitui objeto legítimo da Ciência da Informação. Os fluxos, as métricas, as plataformas, os regimes de avaliação e os circuitos de legitimação epistêmica são dispositivos informacionais que impactam a saúde mental dos sujeitos que os operam. Ignorar essa dimensão seria restringir indevidamente o campo. Esta pesquisa sustenta que investigar a relação entre informação, poder e adoecimento docente não é tangencial: é estratégico para a consolidação de uma agenda científica comprometida com justiça informacional e bem viver.

Ensinar a transgredir, portanto, é produzir ciência que não naturalize a violência institucional. É afirmar que excelência não pode ser sinônimo de autoimolação. É reconhecer que transformar contingências organizacionais é parte do trabalho científico. Adiar o sofrimento acadêmico é um gesto político e amoroso: político porque enfrenta estruturas que produzem injustiça epistêmica; amoroso porque afirma que a produção de conhecimento deve estar a serviço da vida, e não contra ela.

REFERÊNCIAS

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Objetivos comportamentais no ensino**: a contribuição da análise experimental do comportamento. 1981. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. O conceito de comportamento operante como problema. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, [*s. l.*], v. 9, n. 1, p. 1-25, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/2130. Acesso em: 26 out. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 26 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 26 out. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Bolsas individuais no País**: Anexo I da RN-016/2006. Brasília, DF: CNPq, 2009. Nova redação dada pela RN nº 009/2009, publicada no DOU em 30 abr. 2009.

FIGUEIREDO, Vanessa Catherina Neumann; BERNO, Isabela Faria; ADIY, Núbia Rah. Produtivismo a qualquer custo? Gerencialismo e assédio moral na universidade. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 41, e54453, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-469854453. Acesso em: 26 out. 2026.

FIGUEIREDO, Vanessa Catherina Neumann; SILVA, Quezia Eloise França da; SANTANA, Franciele Ariene Lopes. Assédio moral e gênero na universidade pública: ressonâncias do produtivismo no trabalho docente. **Revista Online de Política e Gestão Educacional**, [*s. l.*], v. 24, n. esp., p. 1841-1855, 2020. DOI: https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp3.14291. Acesso em: 26 out. 2026.

FRICKER, Miranda. **Epistemic injustice**: power and the ethics of knowing. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na Biblioteconomia: reflexões necessárias. *In*: CARDONA, Nathália Duque; GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro (org.). **Epistemologias latino-americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota). p.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. **Biblioteconomia negra**: das epistemologias negro-africanas à teoria crítica racial. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

GARCIA, Regis; FADEL, Bárbara. Cultura organizacional e as interferências nos fluxos informacionais (IFI). *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 211-233.

GUAZI, Taisa Scarpin; LAURENTI, Carolina. Algumas contingências da produção acadêmica universitária: um estudo preliminar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 139-153, já./mar., 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703002262013. Acesso em: 26 out. 2026.

HOLLAND, James G. Comportamentalismo: parte do problema ou parte da solução? **Psicologia**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 59-75, 1983. Disponível em: https://repositorio.ispa.pt/entities/publication/9a1fc9ea-b548-49e3-b9cc-37d6aba11abc. Acesso em: 26 out. 2026.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. **Ensinando comunidade**: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007. Acesso em: 26 out. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

ROMEIRO, Nathália Lima; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Justiça informacional, questões de gênero e interseccionalidades. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: ANCIB, 2024. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2482. Acesso em: 30 abr. 2026.

SANTOS, Ananda Pitangueira dos. Análise do comportamento aplicada no contexto organizacional. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 4, p. 1-10, 2024. DOI: https://doi.org/10.55905/revconv.17n.4-223. Acesso em: 26 out. 2026.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e comportamento humano**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SOUSA, Ivone Félix de; MENDONÇA, Helenides. Burnout em professores universitários: impacto de percepções de justiça e comprometimento afetivo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 4, p. 499-508, 2009. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/17410. Acesso em: 26 out. 2026.

TUNDIS, Amanda Gabriella Oliveira; MONTEIRO, Janine Kieling. Ensino superior e adoecimento docente: um estudo em uma universidade pública. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 46, p. 1-10, 2018. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/39139/0. Acesso em: 26 out. 2026.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Ambientes e fluxos de informação. *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.